

ATA 11/2017 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 03 de agosto de 2017, com início as 19h00min horas, em segunda chamada, no auditório da Casa dos Conselhos, realizou-se uma ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS, com a seguinte pauta: **1. Informes: Do conselho:** Jaime fala que o conselho recebeu um ofício do Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul - SERGS com pedido para reingresso no pleno deste conselho. Também informa que o certificado de quem participou na Conferência Municipal de Saúde estão à disposição na secretaria. Da secretaria: não teve informes. Dos conselheiros: A conselheira Mauren registra que hoje é o último dia para a votação da consulta popular aberto até a meia noite. Salienta que há um projeto que solicita o fortalecimento da rede hospitalar que é muito importante para a região. A conselheira Jacqueline informa que sobre a correção das atas, o conteúdo das mesmas deve espelhar a gravação, não podendo corrigir falas na ata. A orientação é de que os conselheiros corrijam suas falas na reunião subsequente, para que a ata possa ser corrigida. Informa também que acontecerá em Pelotas uma oficina de formação de conselheiros com abrangência para a Macrorregião Sul e que tem o objetivo de formação de multiplicadores para 15 oficinas que acontecerão na Macrorregião Sul e já pactuada com os CMS dos 28 municípios. Refere que a programação deve sair no próximo De Olho, assim que o CES RS e a CEPICS liberarem as datas. Diz aos conselheiros que haverá outra oficina de formação de conselheiros conduzida pelo CNS, chamada Oficina de agentes multiplicadores para o controle social, que terá 80 vagas para toda a Macrorregião Sul e será destinada a conselheiros e representantes de movimentos sociais. Informa que participou da última reunião da CEPICS ampliada e que foi realizada esta mesma oficina como piloto para as demais que acontecerão nas macrorregiões de saúde do estado. O visitante Volnei fala de um ato público em defesa da política sobre AIDS, o qual acontecerá no largo da prefeitura e faz parte de uma mobilização nacional. O conselheiro Mauro informa que a comissão eleitoral se reuniu e avaliou as duas chapas inscritas que foram publicadas, através de edital. Acontecerá nova reunião da Comissão para preparar a eleição que deverá acontecer dia 17/08. O conselheiro Roig sugere que após a correção das atas as mesmas sejam reencaminhadas aos conselheiros para que estes façam nova leitura e saber no que estão votando. O conselheiro Belletti informa que participou do comitê de ética da Universidade Católica que está também avaliando projetos do IFSul. Nesta última reunião 14 projetos foram avaliados. Informa que hoje a tarde recebeu informes sobre o debate na mudança da política de atenção básica, e que estão querendo retirar os Agentes Comunitários de Saúde da Estratégia de Saúde da Família e pede que o conselho se posicione a este respeito. Sobre a reunião da CIST,

diz que não teve quórum. Fala que o DCE da UFPEL vai indicar novos representantes nos próximos dias. Sobre a eleição fala que pela segunda vez haverá duas chapas na disputa pela mesa Diretora do Conselho. Destaca que ele é o candidato a coordenador da chapa Um e o Jaime é o candidato a coordenador da chapa Dois. A conselheira Mauren fala referente ao Acelerador Nuclear que é proveniente de um programa que está a mais de três anos no MS, não é através de emenda parlamentar e não tem um orçamento fixo. A empresa Vale ganhou a licitação, e vai dar toda a parte de equipamentos, mas a parte de obra está em outra licitação há muito tempo e agora a previsão é que as obras iniciariam em 16 de setembro para uma possível abertura do serviço, com o novo aparelho de radioterapia, em julho de 2018 se a empresa atender a parte documental. O visitante Volnei fala que o ato público de que se referiu anteriormente acontecerá dia 9 de agosto e faz parte de um movimento nacional para tentar barrar o projeto de lei do deputado Pompeu de Mattos que criminaliza os pacientes na transmissão do vírus para outras pessoas.

2. Aprovação da Ata 06/2017 – O conselheiro Belletti encaminha que se aprove a modificação no ponto de pauta Indicação para os Comitês de Ética de onde está escrito Santa Casa e HE/UFPEL se troque para Universidade Católica - UCPEL e Faculdade de Odontologia. Em votação a ata foi aprovada por 23 votos e duas abstenções. A conselheira Tânia representante do CRO justifica sua abstenção por não ter estado presente na reunião.

3. Relatório da XIII Conferência Municipal de Saúde – A conselheira e representante da Comissão Organizadora Jacqueline Dutra apresenta o relatório da 13ª Conferência Municipal de Saúde de Pelotas a qual foi realizada, nos dias 02 e 03 de Junho de 2017, no auditório da Universidade Católica, situado na R. Gonçalves Chaves, 373 - Centro, Pelotas – RS. A Conferência se realizou sob os cuidados da Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Conselho Municipal de Saúde – CMSPel, convocada pelo Decreto nº 5982 de 06 de março de 2017, e teve por finalidade a discussão de propostas para inclusão no Plano Municipal de Saúde 2018/2021. As pré-conferências aconteceram nos bairros: Areal, COHAB Tablada, Fragata, Balsa, Barro Duro, Centro, Colônia Maciel, Colônia Monte Bonito, Pestana, Sítio Floresta, Dunas, Colônia Vila Nova, Três Vendas, utilizando como base um documento orientador para os debates. A XIII Conferência Municipal de Saúde de Pelotas teve o seguinte temário proposto pela Comissão Organizadora e o Conselho Municipal de Saúde, para a 13ª Conferência Municipal de Saúde: “Novos Rumos do SUS e o Direcionamento em Favor da População e Trabalhador da Saúde”. Os eixos temáticos foram estabelecidos de acordo com as prioridades verificadas pela Comissão, sendo: Educação Permanente em Saúde; Financiamento do SUS; Judicialização na Saúde; Cuidando do trabalhador da Saúde, e Rede de Atenção à Saúde. A XIII Conferência

Municipal de Saúde teve a seguinte programação: Dia 02/06/2017 – Tarde/Noite - 17h00min – 20h00min Credenciamento e Recepção. 18h30min – 19h30min Abertura e aprovação do Regimento. 19h30min – 20h30min Painel: A importância do trabalhador e da Educação Permanente para o funcionamento da rede de Atenção à Saúde. Professora Liane Righi. 20h30min – 21h30min Painel: A judicialização na Saúde e o impacto no financiamento da Saúde. Promotor Igor Menine da Silva. 21h30min – 22h00min Discussão dos eixos. Dia 03/06/2017 - Manhã/Tarde. 08h00min – 12h00min Trabalho em grupos. 12h00min – 14h00min Almoço no Restaurante Popular. 14h00min – 18h00min Plenária Final de discussão e encaminhamentos das propostas e moções aprovadas nos grupos de trabalho. 18h00min - 18h30min Enceramento. A 13ª Conferência Municipal de Saúde teve inscrições presenciais o que resultou em um total de 394 delegados, sendo: 228 usuários; 136 trabalhadores em saúde e 30 gestores/ prestador em saúde. Deste total 275 delegados tiveram presença mínima para obter o certificado. O conteúdo das despesas realizadas com recursos do Fundo Municipal de Saúde está discriminado no Anexo III, deste relatório. Os Certificados conferidos aos participantes foram disponibilizados no Conselho de Saúde, depois de conferidas as listas de presença para a averiguação da frequência mínima necessária em obediência ao Regimento Interno, aprovado na abertura da Conferência. Abaixo o relatório, por eixos, aprovado ao final da Conferência:

Eixo 1 - Educação Permanente em Saúde

1. Buscar, através das instâncias de EPS, a capacitação dos trabalhadores sobre teorias e práticas de acolhimento para lidar com os usuários de saúde.
2. Identificar, através das instâncias de EPS, estratégias de capacitação dos trabalhadores em saúde para sobre relações humanas.
3. Buscar mecanismos de capacitação dos profissionais de saúde para apropriação sobre o funcionamento das Redes de Atenção em Saúde (RAS); de forma a orientar os usuários dos serviços de saúde, para entenderem os fluxos que fazem parte RAS do município, e os pactuados com outros municípios.
4. Desenvolver atividades de EPS que promovam atualização clínica para trabalhadores das UBS, de acordo com os protocolos do Ministério da Saúde ou do município, inclusive, utilizando as possibilidades de matriciamento com as equipes dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS); dos ambulatórios de especialidades conveniados, farmácia municipal e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) ainda não implantado no município.
5. Incentivar as capacitações para o serviço e considerá-las nas horas de trabalho, desde que sejam de interesse e consoantes com a atuação do trabalhador no serviço e incluir informações básicas referentes às ações programáticas desenvolvidas na UBS e outros pontos da rede de saúde.
6. Capacitar funcionários e serviços no uso qualificado de prontuários do SUS de forma a facilitar o processo de trabalho.
7. Realizar atividades de EPS para estimular os trabalhadores envolvidos

na área da saúde a se responsabilizarem por todo o fluxo de documentos nas suas unidades e fora dela, de forma que cada um entenda a sua parte no processo. 8. Capacitar profissionais dos diversos níveis de serviços municipais para o controle de estoque de materiais. 9. Buscar, através da Secretaria Municipal de Saúde, cursos para capacitação de gestores identificando inclusive mecanismos para capacitar gestores temporários (cargos comissionados, gerentes distritais, diretores dos diversos serviços de saúde, trabalhadores do nível central, etc.) para que se atualizem em relação à gestão de recursos humanos, insumos, políticas públicas, informática, monitoramento e avaliação, regulação, entre outros. 10. Identificar mecanismos para capacitar gestores, em especial para os que não têm a formação em saúde e são transitórios (cargos de confiança) para garantir qualidade da gestão dos serviços a eles subordinados. 11. Viabilizar, através da Secretaria Municipal de Saúde, estratégias que permitam intercâmbio dos gestores com outros serviços com experiências bem sucedidas em outros estados e/ou municípios. 12. Identificar necessidades de atualização específicas das diversas áreas da saúde para fazer parcerias com universidades viabilizando treinamentos e capacitações. 13. Considerar nas capacitações, que todos os profissionais devem ser inseridos e que existe rotatividade, sendo necessário priorizar o momento de ingresso dos novos trabalhadores, sem deixar de lado sua continuidade. 14. Capacitar a gestão para entender as necessidades da população e a priorizar um trabalho baseado na prevenção e promoção da saúde. Neste sentido a capacitação da gestão deve servir para ampliar a motivação e promover a organização do processo de trabalho. 15. Buscar estratégias para capacitar os funcionários dos serviços de regulação para entender, qualificar e organizar as demandas que lá chegam, funcionando como ferramenta para melhoria na oferta e qualificação dos serviços. 16. Organizar e capacitar os conselhos/conselheiros municipais e locais, baseado na PNEPS para o controle social, através de recursos como a Portaria nº 1.820, de 13/10/2009 (Carta de direitos dos usuários da saúde), a legislação vigente do SUS e estrutura de saúde do município/estado/país; mobilizando as comunidades para a participação popular na gestão da saúde no município. 17. Buscar estratégias de divulgação e empoderamento da população sobre a organização das RAS, participação popular/controle social e financiamento do SUS (ex: informativos nos ônibus – Saúde no ônibus), e atualização de informações no site oficial da Prefeitura Municipal de Pelotas e do Conselho Municipal de Saúde. 18. Capacitar os trabalhadores dos diferentes serviços de saúde sobre as ações e serviços disponíveis no município, de forma a poderem orientar os usuários sobre como e quando utilizar o Poder Judiciário. 19. Capacitar os trabalhadores para conhecer as ações e serviços da Vigilância em Saúde do Trabalhador. 20. Buscar, através do COAPES, a implementação de Residências Multiprofissionais com foco na Atenção Básica. 21. Desenvolver materiais e

estratégias educativas para fins de orientação à população de como está organizada a assistência em saúde no município, incluindo informações dos fluxos desde a UBS até os serviços de referência no município e a nível estadual. Citando ainda os serviços de ouvidoria municipal e do SUS Nacional.

22. Proporcionar aos conselheiros municipais de saúde ou usuários e representantes da comunidade com a aprovação da plenária a participação nas capacitações promovidas por outras instâncias.

Eixo 2 - Financiamento do SUS

1. Proporcionar investimento com prioridade na Atenção Básica de recursos municipais, bem como, captar maior investimento para a rede de atenção básica nas demais esferas de governo definindo junto ao controle social sua aplicação.

2. Identificar mecanismos de distribuição equânime dos recursos para as diferentes áreas da Atenção Básica, levando-se em conta resultados e capacidade de uso dos recursos disponibilizados.

3. Viabilizar recursos financeiros para o aumento de exames laboratoriais e de imagem de baixo custo gerando maior agilidade nos diagnósticos, inclusive com coleta de exames laboratoriais na área rural.

4. Discutir, através dos Conselhos Locais de Saúde (para as UBS que o tem) como deve ser o destino da verba investida na UBS, para o processo organizacional e melhorias nos serviços.

5. Realizar parceria com a Secretaria Municipal de Educação para que o tema controle social e financiamento da saúde passe a fazer parte do projeto político pedagógico das escolas.

6. Realizar discussões com a comunidade prioritariamente nos espaços de controle social do SUS para adequação e ampliação da parte física e estabelecer uma lista de prioridades, tornando-a pública, para que trabalhadores e comunidade possam acompanhar a evolução dos planos do município.

7. Desenvolver e disponibilizar informações de formas sucintas (simples) para os Conselhos Municipais e Conselhos das Unidades Básicas referentes ao financiamento da saúde e sua aplicação no município.

Eixo 3 - Judicialização na Saúde

1. Estabelecer um protocolo de orientação a trabalhadores e usuários sobre os mecanismos para acesso a serviços não contratualizados e medicamentos não disponíveis no SUS, para evitar ações judiciais desnecessárias. Uma ação judicial deve preceder uma série de procedimentos/ações anteriores e que justifiquem o processo.

2. Criar estratégias com a participação do gestor municipal e do controle social para redução do absenteísmo e de demanda judicial.

3. Orientar à população quanto ao significado de ações judiciais para as finanças do SUS e atenção à saúde.

4. Manter e ampliar um sistema de comunicação e interlocução com o poder judiciário local, com as defensorias públicas, com os serviços jurídicos das faculdades locais, com a Ordem de Advogados do Brasil, com os trabalhadores do SUS e órgãos afins, uma política de aproximação e respeitabilidade para diminuir o quantitativo de processos judiciais.

Eixo 4 - Cuidando do trabalhador da saúde

1. Viabilizar estratégias de acolhimento dos trabalhadores da saúde para minimizar doenças

ocupacionais relacionadas ao trabalho (ex.: síndrome de Burnout). 2. Identificar mecanismos de valorização dos trabalhadores da Atenção Básica: condições de trabalho, adequação de carga horária e discussão salarial. 3. Adequar os horários dos profissionais aos horários de funcionamento das UBS, buscando a qualidade de vida dos profissionais e qualidade de atendimento dos usuários, respeitando a isonomia salarial conforme carga horária. 4. Redimensionar os horários de funcionamento das UBS e ajustar às cargas horárias dos trabalhadores e padronizar o uso do relógio de ponto. 5. Buscar isonomia de tratamento entre os trabalhadores das UBS, no trabalho e na carga horária e utilizar, se necessário Termo de Ajuste de Conduta, para fazer a adequação necessária, que foi gerada por diferentes formas de contratação em função de cada gestão municipal. 6. Viabilizar mecanismos para que o Centro de Referência do Trabalhador possa atender, em tempo integral, os funcionários dos serviços municipais. 7. Viabilizar, através das Mesas Municipais de Negociação Permanente (Indicador no. 62 do Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP), mecanismos de discussão, de valores das políticas de recursos humanos do SUS, incluindo remuneração, condições de trabalho, adequação de carga horária, buscando isonomia de tratamento, para fazer adequação necessária gerada pelas diversas formas de contratação ao longo dos anos. 8. Garantir a realização e a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas nas urnas, aplicativos, ou outras estratégias de coleta de satisfação dos usuários, bem como dos encaminhamentos realizados diante dos resultados.

Eixo 5 - Rede de Atenção à Saúde (RAS)

1. Divulgar amplamente a carta dos direitos e deveres prevista na Portaria 1.820, de 13/10/2009 em diversos espaços e prioritariamente nos pontos da RAS.
2. Divulgar os pontos da RAS, favorecendo o encaminhamento dos usuários pelos trabalhadores considerando aspectos como localização.
3. Divulgar para os usuários as características do atendimento considerando a modalidade da UBS de referência (tradicional ou saúde da família).
4. Utilizar os diversos espaços junto à comunidade para desenvolver ações de promoção de saúde e prevenção de doenças inclusive no turno da noite.
5. Estabelecer medidas para coibir a venda de fichas em filas das UBS, como acolhimento e escuta qualificada.
6. Avaliar as modalidades de acolhimento realizadas na RAS, identificando profissionais, locais e método empregado, propondo medidas para sua qualificação e atenção das necessidades da população.
7. Equipar a RAS com computadores e qualificar a rede de internet possibilitando o uso adequado dos sistemas de informação em saúde (e-SUS e encaminhamentos/AGHOS).
8. Divulgar os critérios de organização do serviço de regulação e situação dos encaminhamentos das unidades para os serviços especializados.
9. Estabelecer rotinas para promover a aproximação entre UBS, gerentes distritais e gestão central;
10. Qualificar o processo de licitação e compras de

forma a possibilitar o aumento da resolutividade nas UBS. 11. Adequar a estrutura das UBS permitindo a realização das ações previstas nas diretrizes de saúde de forma correta com a participação da comunidade e do controle social legalmente estabelecido. 12. Estabelecer mecanismo para envio dos resultados de exames laboratoriais para as unidades distantes da zona urbana do município. 13. Avaliar a ampliação de acesso ao transporte dos usuários para fins de tratamento no SUS. 14. Disponibilizar alternativas de atendimento de saúde aos finais de semana para qualificar as ações de saúde em regiões prioritárias incluindo a zona rural. 15. Implementar a estratégia dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). 16. Estabelecer medidas que favoreçam o acesso e atendimento aos pacientes idosos e crônicos na RAS. 17. Identificar locais na rede de Atenção Básica não coberta ou com acesso dificultado, e propor alternativas para o atendimento dessas regiões. 18. Estabelecer parâmetros mínimos de qualidade de atendimento e monitorá-los, buscando a uniformização do atendimento em todos os pontos da RAS. 19. Usar todos os serviços da RAS como veículo de divulgação dos serviços prestados pela Vigilância em Saúde. 20. Ampliar o modelo de divulgação do “Saúde no ônibus” para informar a população sobre todos os serviços de saúde da rede municipal de saúde. 21. Qualificar as ações de referência e contra referência na rede, esclarecendo os mecanismos e possibilidade de acesso aos diferentes profissionais atuantes nas UBS. 22. Desenvolver estratégias de transparência pública em relação a disponibilidade de consultas, exames e internações com comunicação de fluxo para a comunidade.

Moção: A XIII Conferência Municipal de Saúde de Pelotas repudia a gestão Estadual do Rio Grande do Sul pelo não cumprimento da legislação que determina a aplicação de 12% do orçamento em Saúde. Bem como os atrasos nos repasses ao Fundo Municipal de Saúde. Jacqueline registra que a prestação de contas da conferência totalizou as despesas diretas no valor de R\$ 6.697,00. Colocado em votação e não questionamentos o relatório final e a prestação de contas foram aprovados por 24 votos e uma abstenção.

4. Apresentação e divulgação da 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde de Pelotas: O Sr Franklin, responsável pela Diretoria de Vigilâncias em Saúde e Carlos Eduardo da Comissão Organizadora apresentaram a proposta da 1ª Conferência Municipal de Vigilância em Saúde. Franklin falou sobre a programação e convida a todos para participarem no dia 31 de agosto de 2017, desta Conferência que tem como tema: Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS Público de Qualidade. A mesma será realizada no Auditório da CEEE. O conselheiro Belletti fala que o auditório fica na parte central do pátio e que é preciso orientar aos participantes, sobre a localização do local. Carlos Eduardo fala que a entrada é pela Praça 20 de Setembro. Franklin fala que novas informações serão repassadas ao Conselho. O conselheiro Roig fala que anteriormente havia uma reunião de

capacitação para a união de todas as vigilâncias, pergunta se isso não acontece mais. Franklin explica que são quatro vigilâncias trabalhando cada uma na sua área, mas de forma conjunta. O conselheiro Vitor pergunta se as verbas vem separadas para cada uma das vigilâncias. Franklin fala que há uma verba para a vigilância sanitária e outra para a vigilância em saúde que financia todas. Roig pergunta sobre a proliferação de gatos em nossa cidade. Franklin explica que este assunto pertence e é de responsabilidade do centro de controle de zoonoses, que recebe denúncias anônimas e averigua. Diz que encaminhará o programa da Conferencia e pede que o Conselho ajude na divulgação. Carlos Eduardo informa que amanhã haverá um evento no largo da prefeitura para comemorar o dia nacional da Vigilância Sanitária.

5. Indicação de representantes no CEP FEN-UFPEL (Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem) e comissão de seleção interna de profissionais para as novas equipes ESF/ESB/NASF: A Secretária da mesa Diretora Mauren lê documento encaminhado a este conselho pelo CEP da Faculdade de Enfermagem que solicita a indicação de dois representantes para representar o conselho em substituição ao conselheiro Claudionei Oliveira Ferreira que não tem comparecido as reuniões mensais, que acontecem na sala 257 da Faculdade de Enfermagem no Campus Anglo, nas terceiras segundas feira do mês as 13:30. Os conselheiros Roig e Ivon se candidataram e por consenso ficou o Roig titular e o Ivon suplente. Francisco Roig solicita que os representantes dos comitês de ética sejam capacitados e a Mauren informa que esta solicitação será colocada no ofício de indicação. A indicação é aprovada por 26 votos, sendo unanimidade dos presentes. Para a comissão de seleção interna de profissionais para as novas equipes ESF/ESB/NASF, o coordenador geral Jaime Fonseca diz que recebeu esta solicitação da secretaria em 31 de julho e informa que está sendo solicitado um representante, do Conselho para compor a Banca. A Conselheira Tania representante do CRO e Professora na Faculdade de Odontologia informa que esta seleção será interna para médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionista, educadores físicos, etc. em um primeiro momento esta seleção será interna e para este processo está sendo montado um edital. O conselheiro Belletti se voluntaria e seu nome é aprovado por 25 votos unânimes.

6. Ingresso dos representantes do Conselho Local Sítio Floresta no CMSPeL. Parecer da COMTEC: Conforme deliberação da Plenária (Ata 02/2016), onde determina que as vagas possam ser ocupadas temporariamente por Conselhos Locais, até que o Conselho Distrital da região seja estruturado, a COMTEC recomenda o ingresso do Conselho Local do Sítio Floresta, na categoria Usuário. Porém, recomenda que este ingresso fique condicionado à revisão do Regimento Interno, onde será discutida a forma de ingresso desses Conselhos, pois, não está claro no Regimento esta modalidade de ingresso. O conselheiro Roig pergunta que documentos

podem legitimizar a participação do conselho local no pleno deste conselho. Jaime explica que o documento é a ata de formação dos conselhos desde que eles estejam plenamente constituídos. Marcio diz que o parecer da COMTEC condiciona a uma revisão do Regimento Interno. Pergunta se vai se fazer realizado isso. Jacqueline explica que este pleno aprovou o ingresso dos conselhos distritais, para os quais já foi sendo destinadas vagas e, enquanto estes conselhos não se constituem, aprovou-se também que os conselhos locais já reconstituídos possam ocupar estas vagas temporariamente, até que os distritos possam estar plenamente constituídos. Belletti cita o regimento interno e diz que não fala do ingresso enquanto conselheiros e explica que por isso que a COMTEC pede que o RI seja adequado. Roig fala como se dará a representação quando tiverem mais conselhos locais. Jaime explica que os conselhos decidirão sobre a representação do distrito nas reuniões do distrito, que congregará os Conselhos Locais do distrito. Marcio solicita que se acrescente a revisão futura do Regimento Interno. Tania pergunta sobre uma entidade que teria pedido vaga no conselho. Jaime informa que não chegou nenhuma solicitação a este conselho. Em votação, o parecer da COMTEC é aprovado por 19 votos favoráveis e uma abstenção. Belletti solicita que o nome dos representantes já indicados sejam aprovados e possam participar desde já plenamente das atividades do Conselho. Maurem Le os nomes indicados os quais são: Titular: Paulo Correa dos Santos e suplente Michele Holtz Monk. Colocado em votação os mesmos aprovados por unanimidade. O Coordenador Jaime convida a todos para a eleição da nova mesa diretiva que acontecerá na próxima reunião. Márcio pergunta sobre os conselheiros que estão aptos a votar, sendo explicado que a comissão eleitoral verificará e divulgará isso posteriormente. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião é encerrada as 20 horas e 35 minutos, após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias ao Prefeito Municipal, Promotor Público de Justiça ou semelhante, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Jaime da Silva Fonseca
Coordenador geral

Mauren Wenzke
Secretária da Mesa Diretora